



CAMPO ALEGRE-AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-AL

PROFESSOR DE HISTÓRIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação
- ▶ História e Geografia de Campo Alegre (AL)
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Pedagogia e Psicologia Educacional

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Legislação Educacional do Município de Campo Alegre (AL)

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS



EDITAL N° 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.





AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CAMPO ALEGRE - AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - ALAGOAS

Professor de História

EDITAL Nº 001/2026

CÓD: SL-035JH-26
7908403596003

Língua Portuguesa

1. Acentuação gráfica.....	9
2. Análise e interpretação de textos	13
3. Coerência textual. Coesão textual	16
4. Concordância nominal; Concordância verbal	21
5. Emprego da crase	24
6. Figuras de linguagem	27
7. Ortografia oficial	30
8. Pontuação	35
9. Regência nominal; Regência verbal	37
10. Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos)	41
11. Tipos e gêneros textuais	42
12. Uso e colocação dos pronomes	48

Legislação

1. Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação: Competências e atribuições	59
2. Constituição Federal (art. 205 a 214): Direito à educação e dever do Estado	62
3. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990): Direito à educação e deveres da escola	66
4. FUNDEB (Lei nº 14.113/2020): Financiamento da educação básica e controle social.....	105
5. Gestão democrática do ensino público: Princípios legais e participação da comunidade escolar.....	120
6. Gestão de patrimônio público escolar: Controle, conservação e responsabilidade sobre bens públicos	123
7. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): Transparência na administração escolar	126
8. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996): Organização da educação nacional e competências dos entes federativos.....	134
9. Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014): Metas e responsabilidades dos municípios	154
10. Regimento Escolar: Natureza jurídica, elaboração e aplicação	156
11. Responsabilidade administrativa do gestor escolar: Atos administrativos e deveres funcionais	159

História e Geografia de Campo Alegre (AL)

1. Origem, povoamento, emancipação política, evolução histórica, social e cultural, patrimônio histórico e manifestações culturais do município de Campo Alegre/AL; Localização geográfica, limites territoriais, relevo, clima, vegetação, solos, recursos naturais e aspectos ambientais do município de Campo Alegre/AL; População, indicadores demográficos, migração, agricultura, pecuária, comércio, indústria, serviços e desenvolvimento econômico do município de Campo Alegre/AL; Rede hidrográfica, principais rios e corpos d'água, bacias hidrográficas, recursos hídricos, abastecimento de água, preservação dos mananciais e importância ambiental, social e econômica da hidrografia do município de Campo Alegre/AL	169
--	-----

Conhecimentos Profissionais Professor de História

1. Antiguidade Oriental e Ocidental.....	177
2. Brasil Colônia: economia, sociedade e administração	196
3. Brasil Império: política, economia e movimentos sociais. Independência do Brasil e período regencial	201
4. Brasil República: transformações políticas e sociais	206
5. Civilizações africanas e cultura afro-brasileira. Cultura, patrimônio histórico e memória social.....	220
6. Ditadura militar no Brasil	223
7. Expansão marítima e mercantilismo.....	225
8. Feudalismo e sociedade medieval. Idade Média: organização política, econômica e religiosa	227
9. História da América Colonial e Independências	234
10. História da arte e manifestações culturais	238
11. História do Brasil contemporâneo	242
12. História do trabalho e movimentos sociais.....	247
13. História indígena e povos originários do Brasil	251
14. Iluminismo e Revolução Francesa.....	256
15. Imperialismo e neocolonialismo.....	259
16. Movimentos sociais e revoltas no Brasil	263
17. Primeira e Segunda Guerra Mundial.....	268
18. Processo de industrialização e urbanização. Revolução Industrial e capitalismo	281
19. Reforma Protestante e Contrarreforma	285
20. Revoluções sociais e políticas da Idade Contemporânea.....	289
21. Sociedade, política e economia na História Geral.....	293

Pedagogia e Psicologia Educacional

1. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa.....	301
2. Avaliação mediadora (Jussara Hoffmann).....	302
3. Desenvolvimento moral (Piaget e Kohlberg). Desenvolvimento socioemocional na infância e adolescência	307
4. Dificuldades e transtornos de aprendizagem (conceitos básicos).	312
5. Gestão da sala de aula e clima escolar	318
6. Inclusão escolar sob a perspectiva psicopedagógica	323
7. Inteligências múltiplas (Howard Gardner)	329
8. Interação professor-aluno no processo educativo.....	330
9. Jean Piaget: estágios do desenvolvimento cognitivo. Lev Vygotsky: mediação e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Henri Wallon: afetividade e desenvolvimento infantil	335
10. Metodologias ativas de aprendizagem	342
11. Motivação e aprendizagem.....	343
12. Processos de ensino e aprendizagem	347
13. Psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro).....	350
14. Teorias da aprendizagem (Behaviorismo, Cognitivismo e Construtivismo).	351

15. David Ausubel: aprendizagem significativa	355
---	-----

Material Digital

Legislação Educacional do Município de Campo Alegre (AL)

1. PCCR, Lei Municipal Nº 962/2019; Lei Municipal Nº 2036/2023; Lei Municipal Nº 773/2015; Lei Municipal Nº 2093/2025; Lei Municipal Nº 926/2019	3
--	---

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação gráfica é um elemento fundamental da língua portuguesa, pois garante a correta pronúncia e a compreensão das palavras. Através dos sinais diacríticos, conseguimos identificar a sílaba tônica, distinguir diferentes significados e evitar ambiguidades na comunicação escrita. Por exemplo, palavras como “avó” (a mãe de um dos pais) e “avô” (o pai de um dos pais) possuem significados distintos que só podem ser reconhecidos corretamente por meio da acentuação.

Além de indicar a tonicidade - o destaque de uma sílaba em relação às demais -, a acentuação também desempenha o papel de esclarecer a entonação e a intenção das palavras, reforçando a expressividade do texto. Ao observarmos as regras de acentuação, percebemos que a língua portuguesa segue padrões bem definidos que visam não apenas a precisão da comunicação, mas também a manutenção de sua riqueza e beleza.

TIPOS DE ACENTOS E SUAS FUNÇÕES (EXPANDIDO)

A língua portuguesa faz uso de três tipos principais de acentos gráficos: o acento agudo, o acento circunflexo e o acento grave. Cada um desses acentos tem funções específicas que contribuem para a correta pronúncia, a distinção semântica e a clareza na escrita. A seguir, detalharemos a função de cada acento, suas aplicações, e apresentaremos exemplos mais variados para reforçar o entendimento.

► Acento Agudo (´)

O acento agudo é utilizado para marcar a tonicidade da palavra, ou seja, a sílaba que deve ser pronunciada de forma mais intensa. Além disso, ele indica que as vogais “a”, “e” e “o” possuem um timbre aberto. É importante lembrar que o acento agudo também pode ser utilizado sobre as vogais “i” e “u” para indicar a tonicidade, porém, nesses casos, o timbre não sofre alteração.

▪ **Função:** Destacar a sílaba tônica e indicar o som aberto das vogais “a”, “e” e “o”.

Ex.:

Palavras com o timbre aberto em “a”: *maracujá, sofá, está.*

Palavras com o timbre aberto em “e”: *você, bebê, até.*

Palavras com o timbre aberto em “o”: *avó, anatólico, herói.*

Nas vogais “i” e “u” para marcar a tonicidade: *juízes, baía, país, saída.*

Além de marcar a tonicidade, o acento agudo também é utilizado para diferenciar palavras que, sem o acento, teriam significados distintos:

pôr (verbo) e por (preposição)

pode (presente do indicativo) e pôde (pretérito perfeito do indicativo)

Essas distinções são essenciais para evitar ambiguidades e garantir a correta interpretação do que se deseja comunicar.

▪ Acento Circunflexo (^)

O acento circunflexo é usado para marcar a tonicidade da palavra e indicar o timbre fechado das vogais “e” e “o”. Ele também é importante para diferenciar palavras que possuem grafia igual, mas significados diferentes, assim como o acento agudo. É comum em palavras que possuem uma terminação nasal.

▪ **Função:** Destacar a sílaba tônica e indicar o som fechado das vogais “e” e “o”.

Ex.:

Com o timbre fechado em “e”: *pêssego, lês, tênis, fênix.*

Com o timbre fechado em “o”: *avô, pôr, lógico, corôa.*

Além disso, o acento circunflexo é empregado em formas verbais para diferenciar o singular do plural de determinadas conjugações:

Singular: ele vem, ele tem

Plural: eles vêm, eles têm

Observe que o acento circunflexo cumpre um papel fundamental na distinção semântica e na clareza das palavras, especialmente em casos onde a ausência do acento alteraria completamente o sentido da frase.

► Acento Grave (`)

O acento grave é utilizado exclusivamente para indicar a ocorrência da crase, que é a fusão da preposição “a” com o artigo definido feminino “a” ou com pronomes que iniciam com “a”. Ao contrário dos outros acentos, ele não tem função de indicar tonicidade ou timbre, mas sim de sinalizar essa junção gramatical.

▪ **Função:** Indicar a ocorrência da crase e a combinação da preposição “a” com o artigo feminino ou com pronomes.

Ex.:

Entreguei o presente à professora. (preposição “a” + artigo “a”)

Ela se referiu àquela situação com cuidado. (preposição “a” + pronome demonstrativo “aquela”)

Vamos à praia amanhã. (preposição “a” + artigo “a”)

É importante destacar que a crase não ocorre antes de palavras masculinas, verbos, pronomes pessoais, pronomes de tratamento (exceto senhora e senhorita) ou antes de pronomes indefinidos. Por exemplo, não usamos crase em frases como “Fui a Paris” (sem artigo) ou “Gosto de ir a qualquer lugar”.

O uso correto do acento grave é essencial para a clareza e correção gramatical do texto, evitando equívocos que podem comprometer a interpretação da mensagem.

► Distinções Semânticas Através dos Acentos

Um aspecto interessante é que a acentuação gráfica muitas vezes serve para diferenciar palavras que, sem o acento, teriam o mesmo formato, mas significados distintos. Vejamos alguns exemplos:

- sábia (adjetivo feminino: pessoa que tem sabedoria) e sabia (verbo saber no pretérito imperfeito)
- gênero (substantivo) e genero (forma verbal do verbo “generar”, raramente utilizado)
- pára (do verbo parar, antes do novo acordo ortográfico) e para (preposição)

Esses exemplos reforçam a importância de compreender e aplicar corretamente os acentos gráficos, uma vez que eles impactam diretamente a clareza e a precisão da mensagem transmitida.

Os acentos agudo, circunflexo e grave desempenham papéis fundamentais na língua portuguesa, não apenas orientando a pronúncia correta das palavras, mas também evitando ambiguidades e garantindo a correta interpretação do texto. O domínio dessas regras é indispensável para uma comunicação escrita eficaz, e a prática constante do uso correto dos acentos é a chave para aperfeiçoar o domínio da língua portuguesa.

CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO À TONICIDADE

A classificação das palavras quanto à tonicidade refere-se à posição da sílaba tônica, ou seja, a sílaba que recebe a maior intensidade na pronúncia dentro de uma palavra. A identificação da sílaba tônica é crucial para aplicar corretamente as regras de acentuação gráfica na língua portuguesa. As palavras podem ser classificadas em três categorias principais: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Vamos explorar cada uma dessas classificações com definições e exemplos.

► Oxítonas

As palavras oxítonas são aquelas cuja sílaba tônica é a última. Em outras palavras, a última sílaba é pronunciada com mais força em relação às demais. Normalmente, as oxítonas são acentuadas quando terminam em “a(s)”, “e(s)”, “o(s)”, “em”, “ens”, além das terminações ditongais abertas como “éi(s)”, “éu(s)” e “ói(s)”.

Ex.:

Terminação em -a(s): sofá, maracujá, já

Terminação em -e(s): você, café, porque

Terminação em -o(s): avô, pavô, robô

Terminação em -em/ens: alguém, também, parabéns

Terminação em -éi(s), -éu(s), -ói(s): papéis, chapéu, herói

► **Observação:** Nem todas as palavras oxítonas são acentuadas, apenas aquelas que terminam nos grupos mencionados acima.

► Paroxítonas

As palavras paroxítonas são aquelas cuja sílaba tônica é a penúltima. Essas palavras são acentuadas se terminarem em qualquer uma das seguintes letras ou conjuntos de letras: “l”, “n”, “r”, “x”, “i(s)”, “us”, “um/uns”, “ão(s)”, “ã(s)”, “ps”, “ei(s)”, “om/ons”. As palavras que não se enquadram nessas terminações não recebem acento.

Ex.:

Terminação em -l: fácil, papel, útil

Terminação em -n: hífen, pólen, elétron

Terminação em -r: caráter, açúcar, amador

Terminação em -x: tórax, fênix, córtex

Terminação em -i(s): júri, cútis, lápis

Terminação em -us: ônus, vírus, bônus

Terminação em -um/uns: álbum, lúmens, vácuo

Terminação em -ão(s): órfão, bêncão, órgãos

Terminação em -ã(s): irmã, lâ, sã

Terminação em -ps: bíceps, fórceps

Terminação em -ei(s): nêufar, pôneis

► **Observação:** A maioria das palavras na língua portuguesa é paroxítona, e muitas delas não necessitam de acento gráfico, a menos que terminem em uma das letras ou grupos de letras mencionados.

► Proparoxítonas

As palavras proparoxítonas são aquelas cuja sílaba tônica é a antepenúltima. Diferentemente das oxítonas e paroxítonas, todas as palavras proparoxítonas são acentuadas, sem exceção. Essa é uma regra de acentuação absoluta e não apresenta exceções.

Ex.:

mágico

tômbola

gramática

lógico

câmera

sândalo

As palavras proparoxítonas destacam-se por sua entonação particular e sua característica marcante de ter o acento gráfico sempre presente.

► Dicas para Identificar a Tonicidade das Palavras

► **Divida a palavra em sílabas:** Se tiver dúvidas sobre a classificação, divida a palavra em sílabas e identifique qual delas é pronunciada com maior intensidade.

LEGISLAÇÃO

CONSELHO ESCOLAR E CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

CONSELHO ESCOLAR: CONCEITO, NATUREZA E PAPEL NA UNIDADE DE ENSINO

► O Conselho Escolar como órgão colegiado da escola

O Conselho Escolar é um órgão colegiado vinculado à unidade de ensino, formado para possibilitar a participação organizada da comunidade escolar nas decisões relevantes da escola. Sua existência está relacionada ao princípio da gestão democrática da educação pública, segundo o qual a escola não deve ser conduzida apenas por decisões centralizadas na direção, mas também por meio do diálogo, da corresponsabilidade e da participação dos diferentes sujeitos que compõem o ambiente escolar. Dessa forma, o Conselho Escolar funciona como um espaço institucional de escuta, debate, acompanhamento e deliberação sobre temas que afetam diretamente o funcionamento pedagógico, administrativo e, em alguns casos, financeiro da escola.

Sua natureza é colegiada porque as decisões não pertencem a uma única pessoa, mas a um grupo representativo. Esse aspecto é essencial para compreender sua função: o Conselho Escolar não substitui a direção da escola, nem assume isoladamente a gestão da unidade, mas atua em conjunto com ela, contribuindo para tornar as decisões mais transparentes, participativas e alinhadas às necessidades reais da comunidade. A direção continua exercendo suas atribuições administrativas e pedagógicas, porém passa a contar com uma instância de participação que fortalece a legitimidade das escolhas feitas no cotidiano escolar.

► Composição e representatividade da comunidade escolar

A composição do Conselho Escolar deve refletir a diversidade da comunidade escolar. Em geral, participam representantes da equipe gestora, professores, demais profissionais da educação, estudantes, pais ou responsáveis e membros da comunidade local. Essa composição busca garantir que diferentes pontos de vista sejam considerados nas discussões, evitando que a escola seja compreendida apenas sob a perspectiva administrativa ou exclusivamente pedagógica. A presença de múltiplos segmentos amplia a compreensão dos problemas e permite soluções mais adequadas à realidade da unidade de ensino.

A representatividade é um elemento central para a legitimidade do Conselho Escolar. Não basta que o órgão exista formalmente; é necessário que seus integrantes atuem como representantes efetivos dos grupos que compõem a comunidade escolar. Isso significa ouvir demandas, levar propostas para discussão, prestar informações e manter diálogo com os segmentos

representados. Quando a representação é apenas simbólica, o conselho perde força e tende a se transformar em uma estrutura burocrática. Quando é ativa, passa a ser um instrumento concreto de democratização da escola.

► Função do Conselho Escolar na gestão democrática

O papel do Conselho Escolar está diretamente associado à gestão democrática, prevista como princípio da educação nacional. A gestão democrática exige participação, transparência, responsabilidade coletiva e abertura ao diálogo. Nesse contexto, o Conselho Escolar contribui para que a escola seja um espaço de construção coletiva, no qual decisões importantes sejam debatidas com aqueles que vivenciam a rotina escolar. Essa participação pode envolver temas como organização do projeto político-pedagógico, prioridades da escola, uso de recursos, estratégias de melhoria da aprendizagem, convivência escolar e fortalecimento da relação entre escola e comunidade.

O Conselho Escolar também possui papel educativo. Ao participar das reuniões, discutir problemas, analisar propostas e acompanhar decisões, seus membros aprendem a exercer a cidadania de forma prática. A escola deixa de ser vista apenas como local de transmissão de conteúdos e passa a ser compreendida como espaço de formação social, política e ética. Nesse sentido, o conselho ensina pelo exemplo, mostrando que decisões coletivas exigem responsabilidade, respeito às diferenças, argumentação e compromisso com o interesse público.

► Participação da comunidade e fortalecimento da unidade de ensino

A atuação do Conselho Escolar fortalece a unidade de ensino porque aproxima a escola de sua comunidade. Muitas dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar não podem ser resolvidas apenas pela equipe gestora ou pelos professores. Questões como frequência dos estudantes, conservação do espaço físico, relação entre família e escola, combate à evasão, convivência respeitosa e melhoria da aprendizagem dependem de envolvimento coletivo. O Conselho Escolar cria um canal institucional para essa participação, permitindo que problemas sejam identificados com mais precisão e enfrentados de forma compartilhada.

Entre os principais aspectos que caracterizam o Conselho Escolar, destacam-se:

- Participação coletiva nas decisões relevantes da escola.
- Representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
- Apoio à direção na construção de soluções pedagógicas e administrativas.
- Fortalecimento da transparência e do controle social.
- Promoção do diálogo entre escola, famílias, estudantes e comunidade local.

Assim, o Conselho Escolar deve ser compreendido como uma instância indispensável para a construção de uma escola mais democrática, participativa e comprometida com a qualidade da educação. Sua importância não está apenas na existência formal do órgão, mas na sua atuação concreta, contínua e responsável. Quando funciona de maneira efetiva, o conselho contribui para que a escola deixe de ser uma instituição isolada e passe a ser um projeto coletivo, construído com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR

► Acompanhamento do projeto político-pedagógico

O Conselho Escolar possui papel relevante no acompanhamento do projeto político-pedagógico da escola, geralmente conhecido como PPP. Esse documento expressa a identidade da unidade de ensino, suas finalidades, seus objetivos educacionais, sua forma de organização e as estratégias adotadas para garantir a aprendizagem dos estudantes. Por isso, o PPP não deve ser visto como um texto meramente formal, elaborado apenas para cumprir exigências administrativas. Ele deve orientar a vida escolar e servir como referência para as decisões pedagógicas, administrativas e comunitárias.

Nesse contexto, uma das atribuições do Conselho Escolar é participar da discussão, da revisão e do acompanhamento da execução do PPP. Isso significa analisar se as ações previstas estão sendo realmente desenvolvidas, se os objetivos estabelecidos continuam adequados à realidade da escola e se os resultados alcançados indicam avanços ou necessidade de ajustes. A participação do conselho contribui para que o projeto não fique restrito à equipe gestora ou aos professores, mas seja compreendido como uma construção coletiva, envolvendo famílias, estudantes, profissionais da educação e comunidade local.

O Conselho Escolar também pode colaborar na identificação dos principais desafios pedagógicos da unidade de ensino. Questões como dificuldades de aprendizagem, evasão, baixo rendimento, indisciplina, ausência das famílias e necessidade de inclusão educacional devem ser debatidas de forma responsável e planejada. O conselho não substitui o trabalho técnico dos profissionais da educação, mas amplia a escuta e ajuda a construir soluções mais próximas da realidade vivida pela comunidade escolar.

► Participação nas decisões administrativas, pedagógicas e financeiras

As competências do Conselho Escolar abrangem diferentes dimensões da gestão escolar. No campo administrativo, o conselho pode acompanhar decisões relacionadas à organização da rotina da escola, ao uso dos espaços, à definição de prioridades estruturais e à melhoria das condições de funcionamento da unidade. Essa participação fortalece a transparência e evita que decisões importantes sejam tomadas de forma isolada, sem diálogo com os sujeitos diretamente afetados.

No campo pedagógico, o Conselho Escolar contribui para discutir ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Pode acompanhar projetos de reforço, estratégias de combate à evasão, atividades culturais, ações de inclusão, projetos de convivência e medidas para fortalecer a relação entre escola e famílias. Sua atuação deve sempre respeitar a competência

técnica dos profissionais da educação, mas isso não impede que participe do debate sobre os rumos pedagógicos da escola, especialmente quando as decisões envolvem a comunidade escolar como um todo.

No campo financeiro, quando a escola recebe recursos públicos ou administra verbas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento de suas atividades, o Conselho Escolar pode exercer função de acompanhamento e fiscalização. Essa atribuição é importante porque o uso de recursos deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e finalidade pública. A comunidade escolar tem o direito de saber como os valores são aplicados e quais prioridades foram adotadas.

► Fiscalização, transparência e controle social

Uma das funções mais importantes do Conselho Escolar é contribuir para a transparência da gestão. A escola pública utiliza recursos públicos e presta um serviço essencial à sociedade. Por esse motivo, sua administração deve ser acompanhada de forma responsável pela comunidade. O Conselho Escolar atua como instrumento de controle social, permitindo que representantes da comunidade acompanhem decisões, solicitem informações, debatam prioridades e verifiquem se as ações realizadas atendem ao interesse coletivo.

A fiscalização exercida pelo Conselho Escolar não deve ser confundida com perseguição, interferência indevida ou disputa de poder. Trata-se de uma atribuição institucional voltada à proteção da escola, da comunidade e do interesse público. Fiscalizar significa acompanhar, perguntar, analisar documentos, conferir prestações de contas, observar necessidades e colaborar para que os recursos e as ações sejam conduzidos de modo correto. Quando bem exercida, essa função fortalece a confiança entre direção, profissionais da escola, famílias e estudantes.

Entre as principais atribuições do Conselho Escolar, podem ser destacadas:

- Acompanhar a elaboração, a execução e a revisão do projeto político-pedagógico.
- Participar das discussões sobre prioridades administrativas e pedagógicas da escola.
- Colaborar na definição de ações voltadas à melhoria da aprendizagem.
- Acompanhar a aplicação de recursos destinados à unidade escolar.
- Promover transparência, diálogo e controle social no ambiente escolar.
- Estimular a participação das famílias e da comunidade nas decisões escolares.

► Mediação de interesses e fortalecimento da convivência escolar

O Conselho Escolar também atua como espaço de mediação. A escola reúne pessoas com diferentes expectativas, experiências e necessidades. Professores, estudantes, famílias, equipe gestora e funcionários podem ter percepções distintas sobre os problemas e as prioridades da unidade. O conselho permite que essas diferenças sejam debatidas de maneira organizada, evitando que conflitos se transformem em decisões autoritárias, desinformação ou afastamento entre escola e comunidade.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE CAMPO ALEGRE (AL)

ORIGEM, POVOAMENTO, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E CULTURAL, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL; LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, LIMITES TERRITORIAIS, RELEVO, CLIMA, VEGETAÇÃO, SOLOS, RECURSOS NATURAIS E ASPECTOS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL; POPULAÇÃO, INDICADORES DEMOGRÁFICOS, MIGRAÇÃO, AGRICULTURA, PECUÁRIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL; REDE HIDROGRÁFICA, PRINCIPAIS RIOS E CORPOS D'ÁGUA, BACIAS HIDROGRÁFICAS, RECURSOS HÍDRICOS, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PRESERVAÇÃO DOS MANANCIAIS E IMPORTÂNCIA AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA DA HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL

Origem e primeiros núcleos de povoamento

A história de Campo Alegre está associada à ocupação rural do interior alagoano e à presença de antigos engenhos. Antes de 1800, existia na região um engenho chamado Mosquito, ligado à figura de Dona Vicência, proprietária que teria construído uma residência às margens da estrada que ligava Campo Alegre a São Miguel. Com a decadência do engenho e a fixação de novas moradias, formou-se um pequeno povoado, inicialmente marcado pela vida rural, pela circulação entre localidades vizinhas e pela economia canavieira.

Por volta de 1810, Antônio de Barros chegou à localidade, construiu uma casa e contribuiu para a formação de outro núcleo de povoamento. A região passou a ser conhecida por referências como Mosquito de Cima e Mosquito de Baixo, nomes que expressam a origem rural e a organização inicial do espaço em torno dos engenhos, propriedades e caminhos locais.

Nome Campo Alegre e religiosidade local

Um marco simbólico importante ocorreu em 1814, quando missionários católicos passaram pela região, pernотaram no local e celebraram missa em uma palhoça. Segundo a tradição local, esses missionários ofereceram a imagem de Bom Jesus dos Aflitos, que se tornou padroeiro do município. A expressão “Campo Alegre” teria surgido da impressão causada pela paisagem plana e verde, associando o lugar a uma ideia de campo fértil, acolhedor e agradável.

A religiosidade, portanto, aparece desde cedo como elemento estruturante da identidade local. A devoção ao padroeiro, a construção da igreja e as celebrações religiosas ajudaram a organizar a vida social, fortalecer vínculos comunitários e criar referências simbólicas compartilhadas pela população.

Emancipação política e organização municipal

Campo Alegre foi elevado à categoria de município pela Lei nº 2.241, de 8 de junho de 1960, com instalação oficial em 16 de junho do mesmo ano, desmembrando-se de São Miguel dos Campos. A emancipação representou o reconhecimento de uma realidade administrativa própria, marcada pelo crescimento populacional, pela consolidação de lideranças locais e pela necessidade de governo municipal autônomo.

Entre os nomes associados ao movimento emancipacionista aparecem lideranças como Aduino Fernandes Vieira, Moacir José da Cunha, João Fernandes Vieira, João Fernandes Vieira Filho, Adelmo Calumbi Luz, José de Souza Gomes, Abraão Fidelis de Moura e José Virgínio da Silva. Esses nomes representam parte da articulação política local responsável pela autonomia administrativa do município.

Evolução social e cultural

A evolução histórica de Campo Alegre deve ser compreendida a partir de três eixos: a base rural canavieira, a religiosidade popular e a construção gradual de uma identidade municipal própria. A economia ligada à cana-de-açúcar influenciou o uso da terra, a organização do trabalho e a dinâmica social. Já as festividades religiosas, cívicas e populares reforçaram os laços comunitários e criaram momentos de forte expressão cultural.

Entre as principais manifestações culturais e sociais destacam-se a festa do padroeiro Bom Jesus dos Aflitos, as celebrações de Corpus Christi com tapetes decorativos nas ruas, as comemorações da emancipação política em 8 de junho, o Carnaval e as festas juninas. Também se destacam práticas culturais, religiosas e esportivas que compõem a vida social local, como a Semana Santa, o futebol, o vôlei e eventos comunitários.

Patrimônio histórico e identidade local

O patrimônio histórico de Campo Alegre está ligado principalmente à memória do povoamento, à tradição religiosa e aos marcos de emancipação. A igreja vinculada à devoção ao Bom Jesus dos Aflitos é referência simbólica importante porque conecta a origem do povoado à formação da identidade religiosa e cultural do município. Além disso, a cidade é conhecida localmente como “cidade carinho”, expressão associada à receptividade de sua população.

A tabela a seguir resume elementos históricos e culturais importantes para a compreensão da identidade campo-alegrense:

Elemento histórico-cultural	Significado para Campo Alegre
Engenho Mosquito	Marco da ocupação rural inicial
Antônio de Barros	Figura associada aos primeiros passos da colonização local
Bom Jesus dos Aflitos	Padroeiro e referência religiosa central
Emancipação de 8 de junho de 1960	Formação da autonomia política municipal
Corpus Christi, festa do padroeiro e festas juninas	Expressões culturais, religiosas e comunitárias
Cana-de-açúcar	Base econômica tradicional e componente da formação social

► Localização geográfica, limites territoriais, relevo, clima, vegetação, solos, recursos naturais e aspectos ambientais

Localização e inserção regional

Campo Alegre está localizado no estado de Alagoas, no contexto do Leste Alagoano, com vínculo histórico e regional à microrregião de São Miguel dos Campos. O município possui código IBGE 2701407, gentílico campo-alegrense e área territorial oficial de 312,726 km² em 2025.

A localização regional é estratégica porque o município se conecta a áreas de produção agroindustrial, zonas urbanas próximas e eixos rodoviários importantes. O acesso é feito por vias como a BR-101, AL-105 e AL-220, o que favorece circulação de pessoas, mercadorias, serviços e integração com municípios vizinhos.

Limites territoriais

As informações locais indicam que Campo Alegre limita-se com municípios como Boca da Mata, Anadia, Junqueiro, Teotônio Vilela, São Miguel dos Campos, Jequiá da Praia e Limoeiro de Anadia. Essa posição territorial coloca Campo Alegre em uma área de transição funcional entre polos locais, áreas agrícolas, municípios canavieiros e eixos de ligação com o litoral e com a capital Maceió.

A configuração territorial do município contribui para sua relação com diferentes dinâmicas regionais. Ao mesmo tempo em que mantém características rurais e agrícolas, Campo Alegre também participa de fluxos urbanos, comerciais e institucionais ligados aos municípios vizinhos e à rede rodoviária estadual e federal.

Relevo e solos

O relevo local é descrito como marcado por paisagem plana e verde, com altitude em torno de 176 a 180 metros acima do nível do mar. A caracterização regional menciona a inserção no contexto dos tabuleiros, especialmente ligados à região de São Miguel dos Campos, o que sugere formas de relevo mais suaves, com superfícies planas a suavemente onduladas.

Do ponto de vista didático, os tabuleiros costeiros são importantes porque costumam apresentar topografia plana a suave ondulada e solos profundos, embora muitas vezes com camadas subsuperficiais coesas, que podem dificultar infiltração, enraizamento e manejo agrícola. Essa condição exige planejamento no uso do solo, conservação ambiental e práticas agrícolas adequadas.

Clima, vegetação e recursos naturais

Fontes locais descrevem o clima de Campo Alegre como temperado, com temperaturas elevadas em parte do ano. Em termos geográficos regionais, por estar no Leste Alagoano e em área de tabuleiros, o município se relaciona a condições tropicais, com influência de chuvas sazonais, solos agrícolas e vegetação historicamente associada à Mata Atlântica e a formações secundárias bastante modificadas pela ocupação humana.

A vegetação original foi intensamente alterada pela expansão agrícola, especialmente pela cana-de-açúcar. Ainda assim, há registros de áreas de Mata Atlântica em Campo Alegre, o que indica a presença de remanescentes florestais relevantes para biodiversidade, equilíbrio hídrico e conservação ambiental.

Aspectos ambientais

Os principais desafios ambientais de Campo Alegre envolvem conservação do solo, proteção dos mananciais, preservação de remanescentes de vegetação nativa, controle da erosão, gestão de resíduos, saneamento e equilíbrio entre produção econômica e sustentabilidade. A presença de atividades agrícolas exige atenção ao manejo do solo, ao uso de insumos, à proteção das áreas de drenagem e à manutenção de matas ciliares.

A tabela a seguir sintetiza os principais aspectos físico-ambientais do município:

Aspecto físico-ambiental	Caracterização didática
Relevo	Predomínio de formas suaves, associadas a tabuleiros
Solos	Solos profundos em áreas de tabuleiro, com necessidade de manejo adequado
Clima	Condições regionais tropicais, com referência local a clima ameno/temperado

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

ANTIGUIDADE ORIENTAL E OCIDENTAL

Crescente Fértil é o nome da região conhecida como o lar das primeiras civilizações. A Mesopotâmia faz parte dessa região, uma faixa de terra junto ao Mar Mediterrâneo e o nordeste da África.

A origem desse nome é devida ao seu traçado em forma de semicírculo que lembra a Lua no quarto crescente e também pela presença de grandes rios, cujos vales apresentavam solos férteis propícios para a prática da agricultura. As duas características explicam o nome: lua **CRESCENTE** + solo **FÉRTIL**.

Foram essas áreas férteis em uma região árida que atraíram a fixação de povos nômades e impulsionaram a agricultura baseada na irrigação. Merecem destaque no período a Mesopotâmia e o Egito.

Nesses vales – todo o Crescente Fértil, junto aos rios Nilo, Tigre e Eufrates – se desenvolveram algumas das grandes civilizações da Antiguidade Oriental como a egípcia, babilônica, persa, fenícia, assíria, entre outras.



Fonte: www.infoescola.com

A seguir veremos algumas características dessas civilizações.

► Egito

A civilização egípcia desenvolveu-se no nordeste da África às margens do rio Nilo. Situado em meio a dois desertos (Líbia e Arábia), o Egito aproveitou suas características geográficas que contavam com as cheias do Nilo para tornar o solo fértil e prover grandes área de plantio.

Foi ali que houveram duas grandes mudanças:

1 – as comunidades primitivas iniciaram um processo de divisão por território (em busca das melhores terras). Surgiu nesse momento a figura dos primeiros líderes. Eles se destacaram dominando terras, agregando ou expulsando famílias dependendo de suas relações.

2 – duas figuras surgiram como consequência desse fato. A figura do camponês (famílias que não tinham mais a posse da terra) e os nomarcas (líderes que tinha o domínio das terras e abrigavam essas famílias).

O termo normarca deriva justamente dessas áreas. Essas unidades de terra independentes eram chamadas de *nomos*, logo o chefe de um nomo era o nomarca.

Os nomos não demoraram a entrar em choque uns com os outros fazendo com que os nomos menores desaparecessem anexados ao mais fortes.

Não tardou para que esses agrupamentos crescessem e dessem origem a apenas dois grandes nomos (reinos), e por consequência, dois grandes líderes. Divididos com domínios ao sul e ao norte eles ficaram conhecido como Alto e Baixo Egito.

O reino do sul tinha como símbolo uma coroa branca e o reino do norte era simbolizada por uma coroa vermelha.

Por volta de 3200 a. C o nomarca do sul, Menés, venceu o normarca do norte unificando o Egito e colocando em sua cabeça as coroas branca e vermelha. A capital do reino passou a ser Tinis, e Menés tomou-se o primeiro faraó. Com ele, começam as grandes dinastias (famílias reais que governaram o Egito por quase 3.000 anos).

O período histórico em que as dinastias governaram o Egito é considerado extenso, e por isso a História do Egito é comumente dividida em três partes:

- **Antigo Império:** de 3200 a.C. até 2200 a.C.
- **Médio Império:** de 2200 a.C. a 1750 a.C.
- **Novo Império:** de 1580 a.C. a 1085 a.C.

O Antigo Império (3200 a 2200 a.C.)

Os sucessores de Menés continuaram a governar por mais de mil anos, e durante todo esse período o Egito Antigo viveu um isolamento quase completo. O faraó possuía poderes imensos, e era visto como uma encarnação do deus do Sol, Rá.

Foi durante o Antigo Império que a classe religiosa (representada pelos sacerdotes) conquistaram poder através da influência e riqueza. As grandes pirâmides de Gizé, consideradas maravilhas honorárias do mundo moderno, foram construídas durante o Antigo Império, atribuídas aos faraós **Quéops, Quéfren e Miquerinos**.

Uma nobreza privilegiada cooperava na administração e na exploração dos camponeses, também acumulando grande poder. Esse fortalecimento levou-a a tentar assumir o controle direto do Estado.

Seguiu-se um período de anarquia em que praticamente cada nobre se julgava em condições de ocupar o trono faraônico; o clero aproveitou-se para expandir seu poder político, apoiando diferentes postulantes ao trono de acordo com seus interesses.

O Médio Império (2000 a 1750 a.C.)

O Médio Império caracterizou-se por uma nova dinastia e uma nova capital: **Tebas**. O Egito havia se expandido em direção ao sul, aperfeiçoou sua rede de canais de irrigação e estabeleceu colônias mineradoras no **Sinai** (Península do Sinai). A procura por cobre (escasso na região) e seu consequente comércio com outros povos fez com que o Egito ficasse conhecido de outras populações do Oriente Médio.

Alguns povos procedentes da Ásia Menor desencadearam uma série de ataques em direção ao vale do Nilo. Após diversos ataques de povos diferentes, foram os hicsos, povo semita que já utilizava o cavalo e o ferro que derrotaram as forças faraônicas do Sinai e ocuparam a região do delta do Egito, onde se instalaram de 1750 a 1580 a.C.

Foi durante essa dominação estrangeira que os hebreus se estabeleceram no Egito.

O Novo Império (1580 a 1085 a.C.)

O faraó Amósis I expulsou os hicsos, dando início a uma fase militarista e expansionista da história egípcia. Sob o reinado de Tutmés III, a Palestina e a Síria foram conquistadas, estendendo o domínio do Egito até as nascentes do rio Eufrates.

Durante esse período de apogeu, o faraó Amenófis IV empreendeu uma revolução religiosa e política. O soberano substituiu o politeísmo tradicional, cujo deus principal era Amon-Ra, por Aton, simbolizado pelo disco solar. Essa medida tinha por finalidade eliminar a supremacia dos sacerdotes, que ameaçavam sobrepujar o poder real.

O faraó passou a denominar-se Akhnaton, atuando como supremo sacerdote do novo deus. A revolução religiosa teve fim com o novo faraó Tutancaton, que restaurou o politeísmo e mudou seu nome para Tutancâmon.

Com a instauração da capital em Tebas, os faraós da dinastia de Ramsés II (1320-1232 a.C.) prosseguiram as conquistas. O esplendor do período foi demonstrado pela construção de grandes templos, como os de Luxor e Karnak.

As dificuldades do período começaram a surgir com as constantes ameaças de invasão das fronteiras. No ano 663 a.C., os assírios invadiram o Egito.

O Renascimento Saíta (663 a 525 a.C.)

Os assírios foram expulsos do Egito pelo faraó Psamético I, que também mudou a capital transferindo-a para a cidade de Saís, no delta do rio Nilo. Após isso houve também uma ampliação do comércio, incentivada pelos faraós que o sucederam.

As lutas pela posse do trono levaram o Egito à ruína. Os camponeses se rebelaram e a nobreza disputava o poder com o clero. Novas invasões aconteceram, fragmentando ainda mais o poder do Egito:

Diversas invasões seguiram não possibilitando ao Egito se reestruturar como Estado. Finalmente os romanos o invadem em 30 a.C., pondo fim ao Egito como Estado independente.

Economia do Egito Antigo

A economia do Egito estava baseada principalmente na agricultura, com o cultivo de cereais como o trigo e a cevada, além do cultivo de linho e papiro. O pastoreio completava os trabalhos na terra, com a criação de rebanhos de gado bovino e ovino.

A agricultura foi amplamente favorecida pelo rio Nilo e seu regime de cheias. A cheia do Rio Nilo era gerada por chuvas na África Oriental e pelo degelo nas terras altas etíopes.

A forma como a agricultura era praticada causava espanto e curiosidade nos estrangeiros. O historiador grego Heródoto, em sua obra *Histórias*, escreveu: *“O Egito é uma dádiva do Nilo”,* associando a formação do Egito à presença e utilização do rio.

Em sua obra, Heródoto também relata sobre a maneira como era feito o cultivo:

“Em todo o mundo, ninguém obtém os frutos da terra com tão pouco trabalho. Não se cansam de sulcar a terra com arado e enxada, nem têm nenhum dos trabalhos que todos os homens têm para garantir as colheitas. O rio sobe, irriga os campos e, depois de os ter irrigado, torna a baixar. Então, cada um semeia o seu campo e nele introduz os porcos para que as sementes penetrem na terra; depois, só têm de aguardar o período da colheita. Os porcos também lhe servem para debulhar o trigo, que é depois transportado para o celeiro.”

Ao longo do Nilo estendiam-se plantações cuidadas pelos felás (camponeses egípcios), desenvolvendo-se rapidamente graças ao aperfeiçoamento das técnicas de plantio e semeadura. A charrua, puxada pelos bois e o emprego de metais propiciaram grandes colheitas.

Teoricamente, as terras pertenciam ao faraó, porém a nobreza detinha grande parte delas. Enormes armazéns guardavam as colheitas que eram administradas pelo Estado.

De um modo geral, a economia egípcia é enquadrada no modo de produção asiático, em que a propriedade geral das terras pertencia ao Estado e as relações sociais de produção fundamentavam-se no regime de servidão coletiva. As comunidades camponesas, presas à terra que cultivavam, entregavam os resultados da produção ao Estado, representado pela pessoa do rei.

A sociedade egípcia

O Egito é considerado uma Sociedade Hidráulica, cuja organização está relacionada com os períodos de seca e cheia dos rios. Nesse tipo de sociedade, a distinção social começou a se fazer notar através do domínio das áreas férteis: os donos das terras ocupavam as áreas mais altas da sociedade enquanto os camponeses, sua base.

O topo da pirâmide social era ocupado pelo faraó e sua família.

A seguir vinham os sacerdotes. Eles, junto da nobreza que detinha a posse das terras também tinham destaque na sociedade egípcia.

PEDAGOGIA E PSICOLOGIA EDUCACIONAL

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DIAGNÓSTICA, FORMATIVA E SOMATIVA

¹O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação, oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

► ¹Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação, são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

Não existe um modelo único para esse tipo de avaliação: ela pode ser realizada utilizando metodologias ativas, roda de conversa ou ser um modelo mais próximo das provas tradicionais.

Muitas secretarias de educação utilizam diagnósticos em rede como um termômetro geral das escolas. Mesmo nesses casos, é importante que o professor realize o seu próprio diagnóstico como forma de complementar as informações e conhecer mais o perfil da turma.

Avaliação formativa (contínua ou processual)

A avaliação processual acontece ao longo do processo de aprendizagem, sempre a partir de um diagnóstico. Conforme acompanha o processo da turma, o professor tem as evidências necessárias para pensar em boas intervenções e saber quando é necessário mudar o percurso – isto é, não é preciso aguardar o término do bimestre para verificar que uma estratégia não funcionou ou que os alunos ainda estão com dificuldade em determinada habilidade.

¹ <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm>

¹ <https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao>

Para fazer essa avaliação, podem ser utilizadas ferramentas como, por exemplo:

- Produções orais, em grupo e individuais.
- Pesquisas.
- Seminários.
- Estudos de caso.
- Autoavaliação.
- Questionários.

Já para analisar os resultados, utilizam-se rubricas com diferentes níveis de performance. Esses critérios permitem que o professor oriente a observação. Eles devem estar sempre alinhados aos objetivos de aprendizagem previstos naquela atividade ou projeto e conter as evidências para demonstrar que o estudante aprendeu - saiba o que levar em conta para fazer esse trabalho nos Anos Iniciais. Essas expectativas devem ser comparadas com a turma.

Um tipo de avaliação formativa é a comparativa, que visa promover uma análise entre o que o aluno sabia antes de determinada atividade e depois.

Avaliação somativa

É a modalidade mais tradicional de avaliação e caracteriza-se por evidenciar se os alunos dominam determinado conjunto de habilidades. Comumente, acontece ao final do bimestre ou sequência didática. Ao final, atribui-se um conceito ou nota numérica para o desempenho dos estudantes.

Pode ser dissertativa ou de múltipla escolha. É importante que as perguntas sejam claras e, pela resolução da questão, o professor consiga evidenciar as aprendizagens.

Avaliações externas

São provas realizadas em larga escala para avaliar o sistema educacional e auxiliam na construção de uma visão sistêmica sobre como está a aprendizagem no território.

Dentro da escola, os resultados dos estudantes também devem ser analisados, porém os descritores dessas avaliações não devem orientar o planejamento docente – isto é, o objetivo do professor é desenvolver habilidades do currículo, não preparar os alunos para essas provas.

AVALIAÇÃO MEDIADORA (JUSSARA HOFFMANN)

AVALIAÇÃO COMO PARTE DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A avaliação mediadora, proposta por Jussara Hoffmann, representa uma mudança profunda na forma de compreender a avaliação escolar. Em vez de tratar a avaliação apenas como momento de verificação, classificação ou atribuição de notas, essa concepção entende que avaliar é acompanhar o processo de aprendizagem do estudante e intervir pedagogicamente para que ele avance. A avaliação deixa de ser um ato final, realizado depois do ensino, e passa a fazer parte do próprio processo de

ensinar e aprender. Nesse sentido, avaliar não é simplesmente perguntar “quanto o aluno aprendeu?”, mas investigar “como ele está aprendendo?”, “quais hipóteses construiu?”, “que dificuldades apresenta?”, “que intervenções podem ajudá-lo?” e “quais novas situações de aprendizagem precisam ser propostas?”.

Na tradição escolar, muitas vezes a avaliação foi reduzida à aplicação de provas, testes, trabalhos e notas. Esse modelo costuma concentrar-se no resultado final, comparando estudantes entre si e classificando-os como bons, médios ou fracos. A nota, nesse contexto, passa a ocupar lugar central, como se pudesse representar de maneira completa a aprendizagem do estudante. Jussara Hoffmann critica essa visão porque ela empobrece o sentido pedagógico da avaliação. Uma nota pode indicar um desempenho em determinado momento, mas não explica, por si só, o percurso do aluno, suas estratégias de pensamento, suas dificuldades específicas, seus avanços ou as condições em que a aprendizagem ocorreu.

A avaliação mediadora parte de outra lógica. Ela compreende que a aprendizagem é um processo contínuo, dinâmico e singular. Cada estudante aprende em determinado ritmo, mobiliza conhecimentos prévios, formula hipóteses, comete erros, reorganiza ideias e avança a partir das interações que vivencia. O professor, nesse processo, não é apenas alguém que mede resultados. Ele é mediador da aprendizagem. Isso significa que observa, escuta, interpreta, questiona, desafia, orienta, registra, retoma conteúdos e cria novas oportunidades para que o estudante avance. A avaliação torna-se, assim, instrumento de intervenção pedagógica.

Um dos pontos mais importantes dessa concepção é a relação entre avaliação e ensino. Na avaliação classificatória, o ensino acontece primeiro e a avaliação aparece depois, quase como julgamento final. Na avaliação mediadora, ensino e avaliação caminham juntos. O professor avalia enquanto ensina, porque acompanha as respostas dos estudantes, observa suas dúvidas, identifica seus modos de pensar e ajusta sua prática. Do mesmo modo, o estudante aprende enquanto é avaliado, pois recebe devolutivas, reflete sobre seus erros, refaz percursos e enfrenta novos desafios.

A avaliação mediadora também possui forte dimensão ética. Avaliar é uma prática de poder. O professor, ao avaliar, pode incluir ou excluir, encorajar ou desmotivar, orientar ou punir, reconhecer avanços ou cristalizar rótulos. Por isso, a avaliação não pode ser tratada como procedimento neutro. Ela exige responsabilidade, respeito ao estudante, compromisso com a aprendizagem e cuidado para não transformar dificuldades em marcas permanentes de incapacidade. A pergunta ética fundamental é: a avaliação está ajudando o estudante a aprender ou apenas registrando seu fracasso?

Essa concepção também se relaciona à democratização do ensino. Uma escola comprometida com a aprendizagem de todos não pode usar a avaliação apenas para selecionar os que avançam e deixar para trás os que têm dificuldades. A avaliação deve servir para identificar necessidades e reorganizar o ensino. Quando o estudante não aprende, a questão não deve ser apenas “por que ele não estudou?”, mas também “que mediações foram oferecidas?”, “que estratégias podem ser modificadas?”, “que conhecimentos prévios precisam ser retomados?” e “como a escola pode apoiar esse percurso?”.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!